

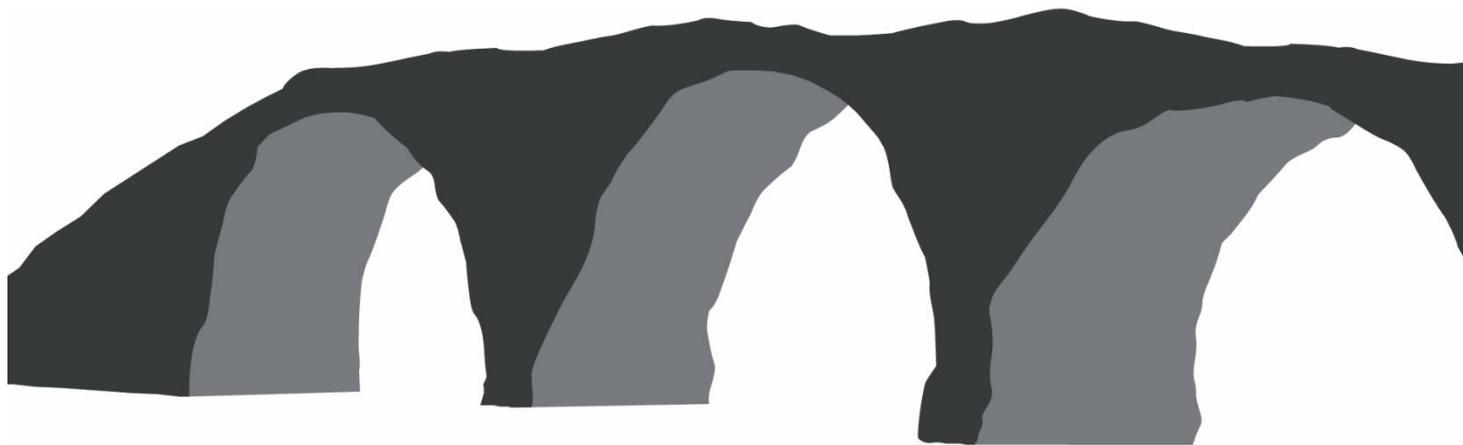
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 18 | Número 1 | Janeiro – Junho 2024
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

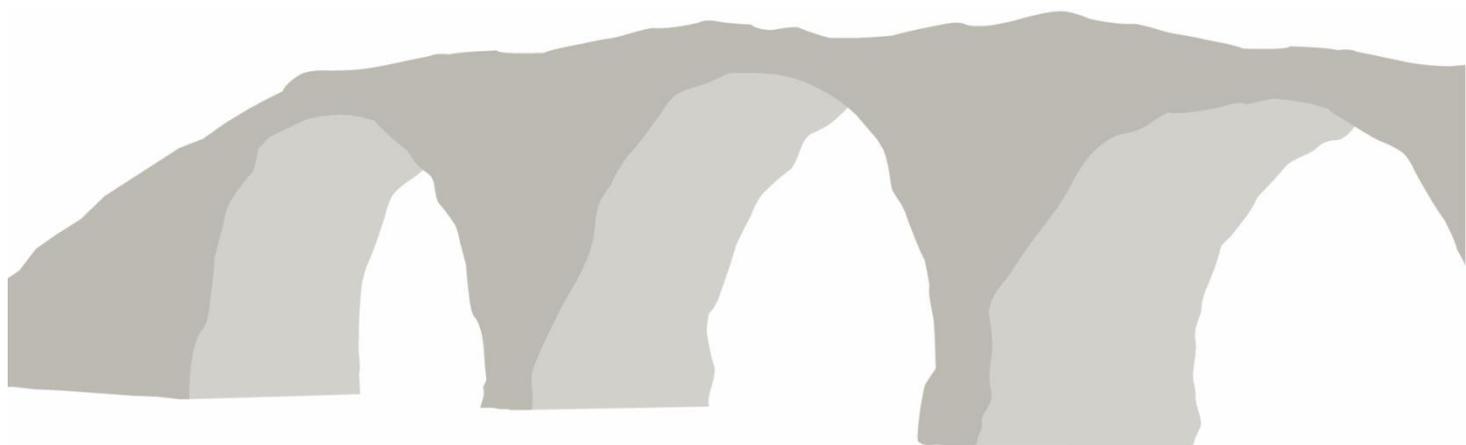
**COMUNIDADES DE PESCADORES FLUVIOMARÍTIMOS NA APA DE SANTA
CRUZ (PE): UM HISTÓRICO NECESSÁRIO.**

**COMUNIDADES PESQUERAS FLUVIALES Y MARÍTIMAS EN EL APA DE
SANTA CRUZ (PE): UNA HISTORIA NECESARIA.**

**FLUVIO-MARITIME FISHING COMMUNITIES IN THE APA DE SANTA
CRUZ (PE): A NECESSARY HISTORY.**

Josué Lopes dos Santos





Submetido em 30/04/2023.

Revisado em: 19/09/2023.

Aceito em: 28/09/2023.

Publicado em 29/01/2024.

COMUNIDADES DE PESCADORES FLUVIOMARÍTIMOS NA APA DE SANTA CRUZ (PE): UM HISTÓRICO NECESSÁRIO.

COMUNIDADES PESQUERAS FLUVIALES Y MARÍTIMAS EN EL APA DE SANTA CRUZ (PE): UNA HISTORIA NECESARIA.

FLUVIO-MARITIME FISHING COMMUNITIES IN THE APA DE SANTA CRUZ (PE): A NECESSARY HISTORY.

Josué Lopes dos Santos¹

RESUMO

O habitante tradicional do litoral é geralmente referenciado como caiçara, que corresponde ao agente social que interage com o espaço marítimo através de uma relação de subsistência. Sua construção histórica reflete o espelho da colonização do Brasil: indígenas, africanos escravizados e europeus colonizadores. Os modos de viver destas pessoas resguardam especificidades nos usos e apropriações da paisagem, tendo a relação com as águas como elo comum. No Brasil, pescadores, canoieiros e marinheiros utilizaram-se, no litoral, dos diversos corpos aquáticos disponíveis para alimentação e locomoção. Entender, em perspectiva histórica, os reflexos sociais destas relações nos territórios conectados pelas águas na Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz, no litoral norte de Pernambuco, corresponde ao principal objetivo do nosso texto. O local é legalmente constituído como Unidade de Conservação desde o ano de 2008.

Palavras-chave: APA de Santa Cruz, patrimônio cultural costeiro, comunidades pesqueiras.

¹ Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em História da Cultura pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Rua André Temudo, nº33, Peixinhos, Olinda, Pernambuco, Brasil, CEP 53300010. E-mail: josue.lopeshistoria@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0088-9084>

RESUMEN

El habitante tradicional de la costa es generalmente referido como *caiçara*, que corresponde al agente social que interactúa con el espacio marítimo a través de una relación de subsistencia. Su construcción histórica refleja el espejo de la colonización de Brasil: pueblos indígenas, africanos esclavizados y europeos colonizadores. Los modos de vida de estos pueblos resguardan especificidades en los usos y apropiaciones del paisaje, teniendo como nexo común la relación con las aguas. En Brasil, los pescadores, canoeros y marineros utilizaban, en la costa, los diversos cuerpos de agua disponibles para alimentación, locomoción y transporte. Comprender, desde una perspectiva histórica, las consecuencias sociales de esas relaciones en territorios conectados por el agua en el Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz, en el litoral norte de Pernambuco, corresponde al objetivo principal de nuestro texto. El sitio está legalmente constituido como Unidad de Conservación desde el año 2008.

Palabras clave: APA de Santa Cruz, patrimonio cultural costero, comunidades pesqueras.

ABSTRACT

The traditional inhabitant of the coast is usually referred to as *caiçara*, which corresponds to the social agent that interacts with the maritime space through a relation of subsistence. Its historical construction reflects the mirror of the colonization of Brazil: indigenous people, enslaved Africans, and European colonizers. The ways of living of these people have specificities in the usage and appropriation of the landscape, having the relationship with water bodies as a common link. In Brazil, fishermen, canoe dwellers, and sailors have used, along the coast, the various water bodies available for food, locomotion, and transportation. Understanding, from a historical perspective, the social reflexes of these relations in the territories connected by the waters in the Environmental Protection Area of Santa Cruz, in the northern coast of Pernambuco, corresponds to the main objective of our text. The place is legally constituted as a Conservation Unit since the year 2008.

Keywords: APA Santa Cruz, coastal cultural heritage, fishing communities.

INTRODUÇÃO

Os povos nativos do Brasil praticavam a pesca em diversas modalidades nos mares, rios e águas confinadas presentes no território antes da colonização. Os estudos sobre as populações sambaqueiras já possuem sólidas abordagens referentes à simbologia e às práticas sociais relacionadas ao universo da pesca e aos elos culturais com a paisagem (Figuti, 1998; Klokler, 2008; Calippo, 2010; Silva & Gaspar, 2019; Peretti, 2022). As comunidades de colonos, pescadores, canoeiros e marinheiros que foram se estabelecendo no litoral brasileiro e nas reentrâncias dos seus rios a partir do início do processo de colonização europeu no século XVI forçaram uma interação social entre agentes distintos. Assim, os indígenas, tradicionais habitantes do território, os africanos escravizados pelo tráfico e os europeus, que buscaram efetivar um violento projeto de poder mercantilista, legaram ao Brasil variadas e complexas influências históricas que culminaram, no litoral, no desenvolvimento de uma cultura marítima específica (Diegues, 1983; Maldonado, 1994; Silva, 2001; Novaes, 2017; Wiedemann, 2019; Ribaric, 2020). Além da pesca, mariscaria e tráfego de embarcações, as escolhas urbanísticas, culinária, artesanato, dança, música e variadas manifestações culturais completam o sentido da Paisagem Cultural Marítima. Este conceito engloba a utilização humana dos corpos aquáticos, articulados pelas conexões fluviomárítimas, para subsistência através do imperativo econômico; por meio do estabelecimento de assentamentos urbanos, pesca, navegação e para viabilizar a comunicação ou transações comerciais (Westerdahl, 1992; Duncan, 2006; Duran, 2008; Santos, 2021).

Nossa abordagem deverá esboçar um estudo sobre as gentes do mar que tradicionalmente ocuparam os espaços conectados pelo Canal de Santa Cruz e pela face oceânica da Ilha de Itamaracá, litoral norte do Estado de Pernambuco. Este local correspondeu a um importante centro de poder durante o período colonial, estando articulada tanto a destinos no interior do território (rotas fluviais e terrestres) quanto aos circuitos comerciais internacionais (rotas marítimas) deste o início do século XVI (Medeiros, 2001; Santos, 2021a; Guimarães, 2022). Antes da chegada do colonizador europeu, a Ilha de Itamaracá e seus arredores eram densamente ocupados por diversos povos indígenas que foram, de fato, os primeiros a interagir com as águas locais (Albuquerque, 1993; Coutinho *et al.*, 2018). As atividades relacionadas ao ciclo social da pesca contemplam o principal meio de apropriação da paisagem pelos seus praticantes tradicionais no litoral, já que garante a movimentação e integração pelos territórios (Diegues, 2004; Peretti & Silva, 2021). Objetivamente, abordaremos a construção histórica do ilhéu itamaracaense tendo como base a pesca artesanal praticada no local. Isto por entendermos que estes correspondem aos principais agentes de interlocução com o Patrimônio Ambiental e Cultural inserido nas paisagens fluviomárítimas insulares.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE SANTA CRUZ

A Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz (APA de Santa Cruz) corresponde a um espaço delimitado de preservação que engloba três municípios do litoral norte do estado de Pernambuco, no limite da Região Metropolitana de Recife: Goiana, Itapissuma e Ilha de Itamaracá. Pelos termos do Decreto Estadual nº 32.488 de 17 de outubro de 2008, o compromisso firmado pelo Governo do Estado de Pernambuco por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) estabelece a poligonal apontada como Área de Preservação Ambiental, incorporando uma densa malha hidrográfica, nichos de Mata Atlântica, manguezais, praias e recifes de corais. O desafio das autoridades públicas locais, para conciliar os usos sociais tradicionais, os interesses

políticos e econômicos e a necessidade de preservação e conservação seria “promover a dinamização e diversificação das atividades e oportunidades produtivas do litoral norte, garantindo que o desenvolvimento socioeconômico se faça com a preservação de seu patrimônio natural, histórico e cultural.” (Agência, 2010, p. 4).

Espacialmente, a APA de Santa Cruz engloba um território de 38.692ha, sendo 24.984ha de área continental e 13.749ha de área marítima (Agência, 2010, p. 3). Precisamente corresponde a uma densa malha hidrográfica que vem do interior para abastecer o Canal de Santa Cruz, que separa a Ilha de Itamaracá do continente. Os principais depositários do Canal de Santa Cruz são os rios Igarassu, Botafogo, Arataca, Carrapicho, Catuama e Maniquara (Coutinho *et al.*, 2018). Os estuários dos Rios Jaguaribe (na face oceânica da Ilha de Itamaracá) e Itapessoca se somam ao Complexo Estuarino do Canal de Santa Cruz para validar a relevância ambiental do local. A Figura 1 apresenta o referenciamento do cenário exposto.

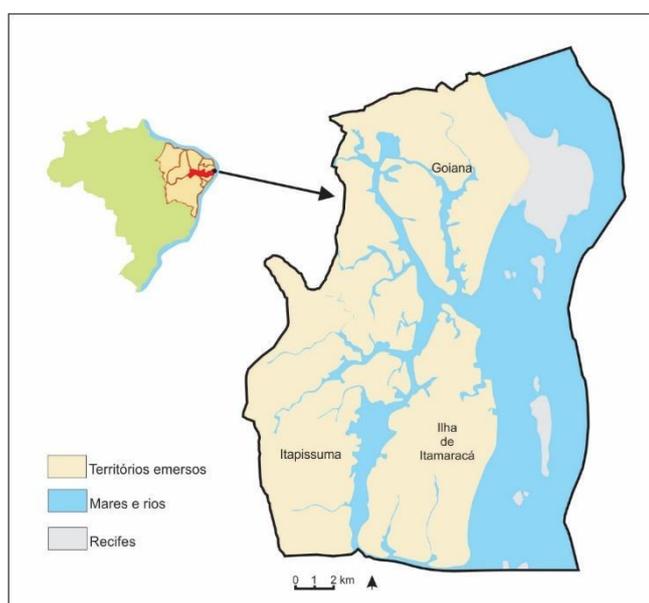


Figura 1. Mapa da APA de Santa Cruz. Fonte: Agência, 2010 (modificado).

A APA corresponde também a uma importante reserva de Mata Atlântica preservada em Pernambuco: segundo dados levantados pela CPRH em 2018 existem 14% de remanescentes de Mata Atlântica em Itapissuma, 23% em Goiana e 49% na Ilha de Itamaracá. Estima-se que pelo menos 8% do território total da APA de Santa Cruz corresponda a manguezais que ocupam boa parte das margens da densa hidrografia local. Além disso, vegetação de restinga ocupa a face oceânica da APA (Agência, 2010). O valor ecológico local se completa ao adicionarmos a sua diversificada faunística. Os dados técnicos para caracterização ambiental “indicaram 61 espécies de répteis, 27 espécies de anfíbios, 219 de aves e 53 de mamíferos” (Coutinho *et al.*, 2018), dentre os quais se encontram o peixe boi marinho, jacaré de papo amarelo, preguiça de garganta marrom, tamanduá-mirim, baleia jubarte e pica-pau de pintas amarelas. A Figura 2 apresenta detalhes da geografia local.



Figura 2. Compartimentos geográficos da APA de Santa Cruz. A: Pesca com tarrafa sendo praticada na Praia do Pilar; B: Imagem aérea Barra sul do Canal de Santa Cruz (Foto de ArkeoConsult); C: Restinga no Pontal de Jaguaribe; D: Manguezais na margem do Canal de Santa Cruz. Acervo do autor.

A literatura histórica e arqueológica sobre o local indica uma densa ocupação pelos povos indígenas que habitavam todo o território brasileiro na época do contato com o colonizador europeu. A região da Ilha de Itamaracá e seu entorno esteve inserida nos interesses políticos e econômicos das potências europeias quinhentistas pelos produtos da terra, pela facilidade de defesa e pelas características de bom porto. Os municípios de Igarassu, Itapissuma, Goiana e Ilha de Itamaracá (os três últimos compõem a APA de Santa Cruz) possuem fortificações, engenhos, igrejas e casario histórico que refletem a densidade da ocupação colonial no local. Estes elementos integram os aspectos característicos da APA em questão para reforçar a relevância não apenas ambiental, mas também cultural, da Unidade de Conservação (Agência, 2010; Herszenhut & Wiedemann, 2017, 2018; Coutinho et al., 2018; Santos, 2021).

Devemos dar ênfase a Ilha de Itamaracá, pelo fato do município concentrar boa parte da orla marítima da APA de Santa Cruz e por estar conectada aos outros territórios que compõem a Unidade de Conservação através do Canal de Santa Cruz. O Complexo estuarino do Canal de Santa Cruz corresponde ao principal do estado de Pernambuco, abrigando uma vasta biodiversidade em seu leito e margens como também um rico patrimônio cultural; sendo o Canal em si que separa a Ilha de Itamaracá do continente (Quinamo, 2006, 2007; Agência, 2010; Coutinho et al., 2018). A desembocadura norte é a Barra de Catuama e divide a Ilha do município de Goiana; a desembocadura sul é conhecida como Barra de Itamaracá e limita o município de Igarassu do território insular.

O Zoneamento das Atividades Náuticas da Ilha de Itamaracá (Prefeitura, 2012), documento elaborado por iniciativa da Prefeitura Municipal de Itamaracá em colaboração com a Marinha do Brasil, estabelece quatro zonas referentes ao ordenamento fluviomarítimo local: Canal de Santa Cruz/Desembocadura Norte/Barra de Catuama; Canal de Santa Cruz/Desembocadura Sul/Barra de Itamaracá; Canal de Santa Cruz/Setor oeste da

Ilha (corresponde ao trecho entre a Ilha de e o continente na face oposta a orla marítima), e Mar de Dentro (corresponde a face oceânica da Ilha de Itamaracá entre a orla e os recifes). A partir do início do processo de colonização do local na década de 1510 todos estes componentes estiveram integrados às rotas marítimas internacionais e se organizou um sistema de defesa no local (Santos, 2021). A viabilização de assentamentos urbanos (vilas, cidades, comunidades ribeirinhas), aperfeiçoam o sentido histórico do nativo da região.

O panorama exposto, que notadamente representa um valioso patrimônio ambiental que precisa ser preservado, se relaciona a equipamentos urbanos diversos: habitação, comércio, agropecuária, indústria e turismo (Coutinho et al., 2018). Uma das principais funções da administração da APA de Santa Cruz, sob gestão da CPRH, corresponde ao alinhamento destes interesses de forma sustentável e ecologicamente viável. Garantir a perpetuação, estudo, reconhecimento e identificação das práticas sociais tradicionais no tempo presente é dever dos órgãos públicos competentes pela gestão de qualquer Unidade de Conservação. Pensando sob esse ponto de vista é que delimitamos nossos objetivos: todas as águas no contorno da Ilha de Itamaracá são acessadas hoje por comunidades de pescadores fluviomarítimos que dão dinâmica à paisagem natural através da utilização ancestral dos recursos ambientais locais. É dessas pessoas que vamos tratar em nosso texto.

AS 'GENTES DO MAR' DE ITAMARACÁ EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os dados levantados pela Agência Estadual de Meio Ambiente indicam os municípios de Goiana, Itapissuma e Ilha de Itamaracá no topo da produção de pescado em Pernambuco. Populações ribeirinhas estabelecidas às margens do Canal de Santa Cruz e na orla marítima (zona rural de Itapissuma e Igarassu, comunidade de Atapuz em Goiana e os ilhéus de Itamaracá) praticam a pesca artesanal em diversas modalidades e utilizando-se de técnicas e equipamentos variados (Agência, 2010). Saramunete (*Mulloidichthys martinicus*), cioba (*Lutjanus analis*), peixe espada (*Lepidopus caudatus*), ariocó (*Lutjanus synagris*), sapuruna (*Orthopistris rubra*), budião (*Scarus coeruleus*), entre outros peixes; siri (*Callinectes sapidus*), guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), caranguejo (*Ucides cordatus*), lagosta (*Panulirus echinatus*), camarão (*Litopenaeus vannamei*), ostra (*Crassostrea brasiliana*), marisco (*Mytilus*), sururu (*Mytella charruana*)... são vastas as possibilidades exploradas pelas comunidades de pescadores locais (Agência, 2010; Governo, 2015; Coutinho et al., 2018). Os equipamentos utilizados são redes de arrasto, espera, vara, anzol e armadilhas de captura; a modalidade de pesca em currais prevalece nos recifes que costeiam o litoral, enquanto as camboas aparecem nas reentrâncias do Canal. Normalmente se utilizam jangadas, canoas ou embarcações motorizadas (Figura 3).

Além de abastecer a demanda das famílias, o pescado é remetido aos mercados consumidores internos (bares, restaurantes e rede hoteleira), a pontos de venda na própria região ou direcionados aos mercados públicos de Recife e Olinda. Para viabilizar este processo boa parte dos pescadores e pescadoras na APA de Santa Cruz estão organizados em Colônias de Pesca e são registrados nas bases de dados do Governo do Estado para estabelecimento de políticas públicas. As lutas dos pescadores artesanais de Pernambuco em reivindicação aos seus direitos envolvem articulação coletiva e pressão aos poderes públicos; o respaldo às demandas vem da necessidade histórica do ser humano de se prover de pescados para garantir sua existência. Além disso, se tratando de uma Unidade de Conservação, o seu processo de reconhecimento passa, necessariamente, pelo diagnóstico, valorização e preservação dos hábitos tradicionais relacionados aos usos e apropriações do espaço natural. Isso devido a que “essas comunidades possuem uma relação profunda com o ambiente em que habitam, caracterizada sobretudo, pela tradição e o conhecimento adquirido na convivência

com estes locais.” (Silva & Gaspar, 2019, p.7). Para utilizar o conceito de ‘comunidade de pescadores’, apresentamos a definição do pesquisador Mário Wiedemann:

todo um conjunto de indivíduos, de vários distritos, que tem parte de sua população com atividades relacionadas ao mar e que abrangem diferentes gerações desta comunidade, onde objetivos se integram aos interesses e ao trabalho disponível de cada membro desta sociedade. (Wiedemann, 2019, p. 122)



Figura 3. Pesca na APA de Santa Cruz. A: Canoas de pescadores aportadas nos arredores da secular Vila de Nossa Senhora da Conceição, em Itamaracá; B: Embarcação de pesca tradicional nos arredores da Fortificação em Itamaracá; C: jangadas no mar de Jaguaribe; D: Mercado de peixes e crustáceos de Itapissuma.

Gustavo Peretti Wagner e Lucas Antônio da Silva (2021) pontuam que desde o século XIX a pesca artesanal é objeto de análise, com abordagem normalmente folclorista e memorialista; os autores destacam ainda as décadas de 1960 e 1970 como um marco nos estudos acadêmicos referentes às práticas da pesca tradicional no Brasil. As pesquisas sobre socio antropologia da pesca no Brasil tem em Gioconda Mussolini uma das suas principais precursoras; na década de 1940, estabeleceu abordagens sobre a cultura caiçara que ainda servem de parâmetros aos trabalhos contemporâneos como referência metodológica no campo da etnografia, caracterização das comunidades pesqueiras tradicionais e na ênfase em abordar o papel da mulher pescadora (Mussolini, 1980; Ciacchi, 2007). Já Fernando Augusto Mourão (1971) elaborou um sólido levantamento sobre a pesca tradicional no estado de São Paulo que se tornou referência; dá ênfase às práticas da pesca em si, aos modos de comercialização, à organização das comunidades de pescadores em colônias e à territorialização dos espaços da pesca. Sobre a relação entre a pesca tradicional e as características geográficas o autor pontua que:

O tipo da costa, suas características geográficas e o teor de salinidade das águas, a par de outros elementos bioquímicos relacionados com a produção de plâncton, estes últimos aspectos em relação principalmente à zona lagunar, são de extraordinária importância, uma vez que o tipo de vida econômica dominante, o

tipo de pesca específico e, conseqüentemente, o tipo de organização dos grupos humanos que aí habitam, em boa parte se prende ao enquadramento geográfico. (Mourão, 1971, 33)

Estas e outras referências são base para as abordagens contemporâneas. Simone Carneiro Maldonado (1994) e Antônio Carlos Diegues (1983) reforçaram as especificidades da cultura pesqueira tradicional a partir da distinção de sociedades rurais, como singularidades atreladas a uma cultura marítima, ou maritimidade. Os laços identitários e as apropriações tradicionais sobre territórios através da prática da pesca artesanal são apontados por Adrian Ribaric (2020) como um dos principais elementos que remetem à ancestralidade e à coletividade na construção de relações sociais marítimas com consciência de preservação. De acordo com o autor:

A apropriação social do ambiente aquático por pescadores artesanais ocorre dentro dos limites da territorialidade tradicional. O mar não é espaço vazio ou indistinto, mas um lugar antropológico denso, apropriado coletivamente pelos pescadores artesanais através de formas individuais, coletivas e comunitárias de acesso e tenência que garantem formas coletivas de sobrevivência, convivência e devir. (Ribaric, 2020, p. 46)

Uma significativa parcela da população ribeirinha que habita a APA de Santa Cruz tem suas dinâmicas sociais cotidianas ligadas à pesca artesanal como principal fonte de renda (Quinamo, 2006, 2007; Santos, 2012; Herszenhut & Wiedemann, 2017, 2018; Lucena & Medeiros, 2020). Tanto nas reentrâncias do Canal de Santa Cruz quanto em seu leito e margens ocorrem atividades ligadas à pesca. O corpo de entrevistas levantadas por Josirene Souza Lucena e Ricardo Pinto de Medeiros (2020) com pescadores e pescadoras de Itapissuma indica sempre referências ao Canal de Santa Cruz como uma figura provedora e acolhedora. Tarcísio Quinamo (2006, 2007) abordou em suas pesquisas, entre outros temas, a forma como as famílias de pescadores artesanais ligados ao Canal e à maré se utilizam deste subsídio para suprir necessidades alimentares diárias quando as dificuldades econômicas impedem a aquisição de outros tipos de proteína. O relato da pescadora Mirian Mousinho da Paz, coletado pela pesquisadora Josirene Souza Lucena em Itapissuma no ano de 2017, resgata a ancestralidade da relação entre as comunidades tradicionais que habitam a APA de Santa Cruz e o meio geográfico ecologicamente equilibrado, denotando uma relação de respeito e preocupação com o futuro:

Ser pescadora significa para mim toda a minha vida. Toda a minha história. Por causa de meus avós, meus pais pescadores, meus irmãos são todos pescadores. E eu não tenho outra história de vida para contar, porque a minha vida foi... Criei meus filhos dentro do Canal de Santa Cruz e até hoje sobrevivo do Canal de Santa Cruz. (Lucena & Medeiros, 2020, p. 60)

Para entender melhor a historicidade da pesca artesanal na região da APA de Santa Cruz, tomaremos como referência a Ilha de Itamaracá. Já falamos que a Ilha e seu entorno estiveram inseridos no circuito das rotas ultramarinas europeias desde as primeiras décadas do século XVI. Falamos também que a ocupação humana na região é muito anterior a este momento e faz referência aos povos indígenas, os habitantes originários do Brasil. É provável que na década de 1510 já existisse na Ilha de Itamaracá um incipiente assentamento urbano, alguma organização eclesiástica, portuária e de defesa. Em 1516 Cristóvão Jacques, em nome da Coroa Portuguesa, estabeleceu uma Feitoria às margens do Canal de Santa Cruz, no continente, situada hoje no município de Igarassu. O reduto, primeiro deste tipo no Brasil, deveria suprir importantes funções: lidar com ameaça

francesa, viabilizar o trato do Pau Brasil (abundante nos arredores), debelar a resistência indígena e urbanizar a região (Albuquerque, 1993; Santos, 2021). Neste período já existiam instalados equipamentos funcionais europeus onde foi fundada a Vila de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Itamaracá (atualmente conhecida como Vila Velha).

Na década de 1530, com o sistema de Capitânicas Hereditárias, a Vila de Nossa Senhora da Conceição é alçada sede administrativa da Capitania de Itamaracá. Localizava-se no topo de um morro na entrada da Barra Sul em posição estratégica. O território sob seus domínios englobava, além da ilha, a região de Itapissuma e Goiana; que progressivamente iniciava seus processos de estruturação urbana (Santos, 2021). A Vila de Igarassu, na margem continental da Barra Sul, demarcava o limite com a Capitania de Pernambuco. Neste momento os elementos de governança locais começaram a ser viabilizados tanto na Vila quanto em suas imediações: Casa de Câmara e Cadeia, Santa Casa de Misericórdia, engenhos de cana de açúcar, lavouras, igrejas, comunidades de pescadores, fortificações e outras materialidades. Além disso, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Vila Velha insere a Ilha de Itamaracá nas rotas da Diáspora Africana pelo mundo (Santos, 2021). Toda a extensão do território insular foi sendo integrada ao novo sistema político e a intensificação do processo de colonização foi impulsionando o estabelecimento e desenvolvimento de novas vilas na Ilha, dentre as quais destacamos Pilar, Ambar e Jaguaribe, na face oceânica.

Isso para dizer que existe uma especificidade em relação a APA de Santa Cruz que corresponde ao seu secular processo de ocupação que remonta, em nosso recorte, às primeiras décadas da colonização do Brasil. Existem dois Sítios Arqueológicos formalmente cadastrados na base de dados do IPHAN na Ilha de Itamaracá, o que demonstra uma defasagem em relação à realidade local: o Sítio Arqueológico Vila de Nossa Senhora da Conceição (CNSAPE00671) engloba não apenas o perímetro da Vila mas toda a entrada da Barra Sul de Itamaracá até o Forte Orange, responsável pela defesa aos ataques marítimos; o Sítio Arqueológico Fortim do Pontal da Ilha (CNSAPE00181) corresponde aos remanescentes arqueológicos de um reduto militar na entrada da Barra de Catuama (norte). Além disso, Vila Velha é tombada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) desde o ano de 2019.

Enquadrar o pescador Itamaracaense no percurso histórico de construção das identidades locais se refere a uma demanda necessária pela ausência de participação comunitária nos processos de patrimonialização de Vila Velha. Na etapa de diagnóstico social, a equipe designada pela FUNDARPE para elaboração do Plano de Preservação de Vila Velha indicou que em 2010 cerca de 37% da população local e arredores tinha a pesca e a agricultura como principal atividade econômica (Governo, 2010). A despeito disso, a pesquisadora Nátalli Emanuelli Araújo da Silva (2014, 2021) abordou a forma como os discursos institucionais e intelectuais proferidos no século XX, nos momentos de discussão sobre a patrimonialização e construção de arquétipos oficiais para o local, sempre privilegiou o olhar do colonizador. A autora concluiu, após um sólido levantamento de fontes orais, que essas narrativas acerca do Patrimônio Cultural de Vila Velha estão deslocadas da realidade identitária da população local. Em uma entrevista coletada pela pesquisadora no ano de 2009 com uma moradora de Vila Velha, o descontentamento com a ausência da história indígena e da história da pesca nas narrativas oficiais se torna evidente:

A história da Ilha ainda precisa ser contada. Estão se esquecendo de muita coisa. Cadê os índios, e os pescadores que sempre viveram aqui. Quem é que vai contar essa história? Parece que todo mundo tem coisa pra dizer... e aqui tem que contar a história verdadeira. (Silva, 2014, p. 111)

Mas o que, afinal, poderíamos falar sobre a história da pesca na Ilha de Itamaracá e em seus arredores? Aqui vão algumas breves considerações. A ‘História da Província de Santa Cruz’, escrita por Pero de Magalhães Gandavo na década de 1570, dá uma boa noção da importância das atividades ligadas à pesca no litoral brasileiro desde os primeiros momentos da colonização. O cronista reitera que se pescava em todas as capitânicas da Província, destacando que, naquele momento, somente a pesca poderia ser capaz de suprir as demandas alimentares dos colonos estabelecidos no litoral, mesmo sem consumo de nenhum outro tipo de produto.

É tão grande a cópia do saboroso e sadio pescado que se mata assim no mar alto, como nos rios e baías desta Província de que geralmente os moradores são participantes em todas as capitânicas, que esta só fertilidade bastara a sustentá-los abundantíssimamente, ainda que não houvesse carnes nem outro gênero de caça na terra que se proveram como atrás fica declarado. (Gandavo, 2008, p. 126)

Por volta deste mesmo período, na metade do século XVI, Hans Staden em sua obra ‘Viagem ao Brasil’ relata uma situação em que, estando sitiado em Igarassu por conta de uma forte ofensiva indígena, os portugueses recorreram ao socorro da Ilha de Itamaracá para provimento de mantimentos (Staden, 2014, p. 53). Descrevendo uma situação semelhante, na década de 1620, Frei Vicente Salvador apontou em sua obra ‘História do Brasil’ que em momentos de cerco aos postos portugueses em Igarassu, o socorro vinha de Itamaracá e era composto de peixes e crustáceos recebidos dos colonos da Ilha (Salvador, 2010, p. 156). Se as atividades eclesíásticas e burocráticas se concentravam no topo da Vila de Nossa Senhora da Conceição, as orlas eram povoadas por casas de pescadores. Pelo menos isso é o que indica a análise iconográfica sobre a Ilha de Itamaracá para o período.

Uma dessas imagens, por exemplo, realizada por João Texeira Albernaz na década de 1630, representa a entrada da Barra de Itamaracá e boa parte da face oceânica da Ilha (Figura 4). Nela podemos identificar o trecho de orla marítima com a indicação de algumas residências básicas dispersas pela faixa de praia onde se lê ‘redes de pescadores’. Desses embriões é que surgiram os bairros litorâneos da Ilha, como Pilar (hoje sede do município), Ambar e Jaguaribe. O desenho situa também o porto de Itamaracá, a própria Vila de Nossa Senhora da Conceição e o Forte na entrada da Barra. Destacamos, em azul, o item mencionado em referência à pesca.

Existe um outro desenho datado de 1729 (data incerta), atribuído a Pieter Aa, depositado na *Biblioteca Nazionale Marciana* em Veneza (acervo digital) que tem como título ‘*La ville de Itamaraca dans le Bresil*’ onde é possível ter uma boa noção sobre a importância histórica da pesca na vida social e econômica da Ilha de Itamaracá (Figura 5). O desenho remete à entrada da Barra Sul onde a Fortaleza de Santa Cruz recebe destaque no território insular e a Vila de Nossa Senhora da Conceição aparece ao fundo, em território elevado. Chama a atenção a expressividade dos detalhes em relação ao cotidiano na praia: intenso uso social do mar com diversas modalidades de pesca sendo praticadas enquanto ocorrem transações comerciais em um espaço portuário nos arredores do reduto e animais domésticos circulam entre as pessoas.

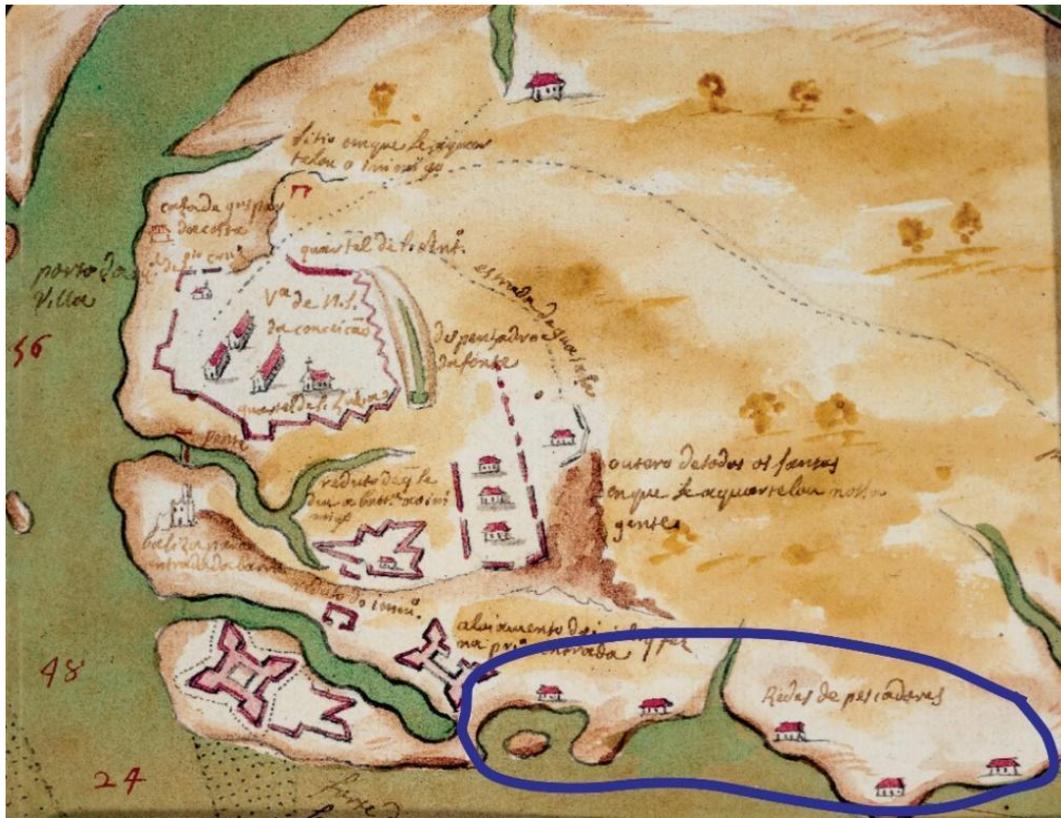


Figura 4. João Teixeira Albarnaz. 'Descripção da Ilha de Tamaraca com os alojamentos do Inimigo Olandez quando o Tomou, e a fortificação da Villa'. Fonte: Reis Filho, 2002, p. PE38ab.



Figura 5. La Ville de Itamaraca dans le Bresil. Autoria de Peter Aa datado (incerto) de 1729. Fonte: Santos, 2021, p. 298.

O comerciante inglês Henry Koster, enquanto esteve no Brasil na década de 1810 para realizar transações comerciais, se estabeleceu por um tempo na Ilha de Itamaracá como senhor de Engenho. Em seus relatos no

livro clássico ‘Viagens ao Nordeste do Brasil’ o autor apresenta pormenores do cotidiano social Itamaracaense do século XIX, além de descrever a paisagem, o casario, os utensílios domésticos e as tradições culturais locais. No momento em que Henry Koster caracterizou a pescaria no bairro do Pilar, na orla marítima da Ilha, relatou um cenário minucioso que permite perceber a permanência histórica das práticas tradicionais de pesca no local em relação aos dias de hoje:

A pescaria do Pilar é de alta importância. A maior quantidade de peixe obtida nessa costa é pescada por meio de currais. (...) As jangadas também se fazem ao mar, e pescam com anzóis ou linha ou empregam vários tipos de redes. Algumas vezes acontece haver grande escassez de peixes, tornados elementos indispensáveis a existência pelas leis da Igreja Católica. (Koster, 1942, p. 350)

Um item que precisamos destacar corresponde à questão da pesca em currais citada por Henry Koster. O embasamento arenítico e coralíneo que forma os recifes paralelos à costa da Ilha também são utilizados para modalidades de pesca com armadilhas. Este compartimento geográfico é apontado na Ilha de Itamaracá desde os seus primeiros registros históricos por ser através deles que se acessa ambas as barras do Canal de Santa Cruz; era, portanto, um obstáculo a ser vencido pelos navegadores locais. A questão é que estes recifes podem ser acessados através de embarcação cruzando-se o Mar de Dentro ou durante as marés secas existem pontos onde é possível chegar neles através dos bancos de areia; além disso, muitos destes embasamentos afloram na praia. Atualmente é praticada uma modalidade de pesca, através de armadilha, conhecida como ‘pesca em currais’, que também reflete uma permanência histórica.

Um curral compreende um nicho de pesca artesanal que é praticada em diversos pontos do litoral brasileiro, especialmente no Nordeste. Como herança indígena, abarca o processo de entender a movimentação dos cardumes locais e posicionar estrategicamente armadilhas formadas por estacas fincadas no fundo do mar. Para tal, uma extensa linha de varetas (espia) é fixada de forma a direcionar os peixes para salas, também moldadas por estacas, com tamanhos escalonados e através dos quais, estando confinados, os peixes são mais facilmente capturados na maré baixa, principalmente através de redes. Não é adicionado nenhum tipo de atrativo para estimular os animais até o local, a instalação correta dos seus equipamentos em relação às correntes marítimas, ao estágio da maré e aos ventos é o que vai garantir a maior eficiência da estrutura (Coe, 2016, p. 25). A ancestralidade de sua prática remete à íntima ligação das pessoas com o meio ambiente no litoral de forma equilibrada e ecologicamente viável (Nascimento, 2014).

A pesquisadora Lourdes Furtado (1980), ao abordar a pesca em currais no contexto amazônico, especificou as modalidades da prática distinguindo os tipos de armadilha, a relação dos elementos técnicos do curral com os saberes ancestrais e a ligação de sua eficiência com a condição das correntes na água, os ventos, os tipos de fundo e os materiais adequados, normalmente coletados nas matas, para sua montagem e manutenção (cipós e varas). Ao estudar os pescadores curralistas no estado do Pará, Maria Cristina Maneschky assim caracteriza a tipologia dos currais:

Os currais constituem grandes cercados, com desenhos particulares. São instalados em função das correntes de marés, de modo a interceptar os peixes que, ao tentar escapar, são dirigidos para o interior da armadilha. Daí a importância capital da primeira fase de montagem, aquela em que se determina a sua posição exata, conforme a direção das correntes. Nela reside, segundo os pescadores, a “ciência do curral”. (Maneschky, 1993, 58)

Segundo o pesquisador Thiago Lopes de Almeida (2018) existem pelo menos 25 currais de pesca ativos na face oceânica da Ilha de Itamaracá, estes estão majoritariamente localizados no baixio de Jaguaribe, entre dois e três quilômetros da costa. Os bancos de areia que se formam no embasamento rochoso servem de sustentação para o equipamento de pesca, que é instalado em local de pouca declividade e com mar ameno (Almeida, 2018, p. 63). É possível avistar currais na linha do horizonte em qualquer ponto da face oceânica do território insular. A forma como os itens do curral são montados apresenta variações no Nordeste; os identificados em Itamaracá geralmente tem as salas com formato de coração, conectadas à espia e, em média, possuem 500m de extensão (Herszenhut & Wiedemann, 2017). Em resumo, “Currais de pesca são armadilhas monumentais de pesca, construídas com madeira e estão implantadas sobre a plataforma continental. Na Ilha de Itamaracá compõem as áreas estuarinas e oceânicas do litoral norte do estado de Pernambuco.” (Herszenhut & Wiedemann, 2017, p. 23). Na Figura 6 apresentamos um esquema do tipo de curral encontrado em Itamaracá.

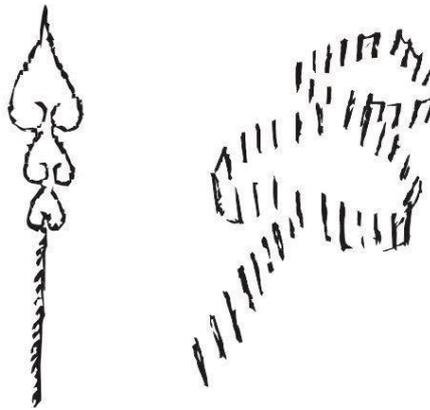


Figura 6. Esquema de currais de pesca. Fonte: Herszenhut & Wiedemann, 2017 (modificado).

Em 2017 ocorreu, por iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco em parceria com a Prefeitura de Itamaracá, um projeto de Educação Patrimonial que buscou viabilizar a percepção da pesca em currais na Ilha de Itamaracá como uma herança cultural indígena que foi sendo ressignificada ao longo dos anos. As ações envolveram capacitação de professores da rede municipal e atividades educativas em sala de aula. Para os autores da proposta, a complexidade da pesca em currais praticada em Itamaracá só é possível através do conhecimento construído ancestralmente pelos pescadores: “Idealizado mentalmente, os currais de pesca se materializam enquanto artefato, enquanto objeto, pelas mãos de seu criador: o pescador.” (Herszenhut & Wiedemann, 2017, p. 20). De acordo com o documento de extroversão do projeto, atualmente a materialidade do curral se expressa da seguinte forma:

Reconhecidos pelos pescadores como uma herança indígena, o curral é um artefato de pesca construído com cerca de 300 mourões e barrotes de madeira, nylon e telas de plástico. Em geral, estão implantados a cerca de 2,5 a 3 quilômetros da linha de maré da praia. O dono do curral pode ser ou não ser um pescador. Os currais da Ilha de Itamaracá têm formato de 3 corações, com um coração menor dentro de um outro maior, seguidos de uma espia, que pode ter até 500 metros de comprimento. A espia conduz o peixe para esses corações, chamados de sala, onde o peixe fica preso. A estrutura começa a ser construída na praia (na caiçara). (Herszenhut & Wiedemann, 2017, p. 21-22)

A categoria de pesca em currais foi descrita na Ilha de Itamaracá por dois de seus visitantes no século XIX. Henry Koster na década de 1810 destaca o fato das estacas serem entrelaçadas e fincadas de forma a criar uma armadilha onde o peixe, uma vez entrando, não consegue mais sair:

Geralmente construídos próximos aos limites da maré-baixa. Dois espaços, de maior e menor tamanho, com formato quadrangular, são cercados de estacas, cravadas n'areia, a certa distância. Essa estacada é entretecida com largas esteiras fixadas às estacas. No círculo exterior há uma abertura feita de maneira semelhante à de uma ratoeira, conduzindo para a parte interior, a qual possui uma outra entrada para o lado da praia, e desta até a linha da preamar segue ainda o muro de esteiras. O peixe que esbarra nessa tapada, segue-a naturalmente ao longo, na esperança de encontrar uma saída por onde escapar, e desta maneira entra sem querer no curral. (Koster, 1942, p. 350-351)

O missionário Daniel Kidder, que esteve na Ilha de Itamaracá na década de 1840, relata também detalhes sobre a pesca em Currais na Ilha. Ao contrário da abundância relatada por Henry Koster algumas décadas antes, a sorte de Daniel Kidder foi diferente e os currais, naquele dia, não estavam para peixe. As características apontadas são similares nos dois relatos: estacas de madeira presar por ligaduras e cipó que direcionam o peixe a armadilhas fincadas no fundo arenoso para inviabilizar a sua saída, funcionando como uma espécie de alçapão. Após descrever tecnicamente os currais da Ilha de Itamaracá, Daniel Kidder narra sua experiência sensorial com as praias do local:

Devido à má sorte dos pescadores o nosso jantar foi tardio. Os currais quase nada haviam apanhado durante o dia. Estes currais de peixes são feitos de estacas encravadas no fundo arenoso; por meio de travessas e ligaduras prendem varas, nos intervalos das estacas, tão próximas umas das outras que não deixam passagem ao menor peixe. A linha de estacas geralmente começa na praia e corre em linha reta para o mar até a distância de dez, vinte ou trinta braças conforme a profundidade da água. E então descreve um cercado de forma entre um quadrado e um círculo, com aberturas do lado da terra. Por estas o peixe entra na enchente da maré, sendo depois facilmente apanhado por uma rede. Ali a atmosfera temperada do coqueiral é refrescada pela brisa marítima quase incessante, enquanto aquele que a goza pode olhar para a extensão infinita do oceano, sempre movimentando e quebrando-se em espumas sobre os recifes de coral que orlam a ilha. A faixa da praia plantada de coqueiros, varia de quarenta a cem braças de largura. Mais além predomina o cajueiral, juntamente com a videira, a mangueira e outras árvores, produzindo em abundância frutos excelentes. (Kidder, 1909, p. 110-112)

Um acervo fotográfico depositado no Instituto Moreira Salles representa um importante retrato da tradição pesqueira na Ilha de Itamaracá da década de 1950, reforçando sua permanência histórica no local (Figura 7). Na coleção existe um conjunto com mais de 30 fotografias, realizadas pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958, que registram cenas do cotidiano da pesca em currais na Ilha e algumas paisagens costeiras locais. Os compartimentos dos currais são apresentados com os detalhes do estacamento e o tradicional trançado com cipó. Aparecem muitos apetrechos de pesca como redes, varas e armadilhas. Os pescadores estão embarcados em canoas ou no mar, muitas vezes em profundidade suficiente para tocar o solo.



Figura 7. Pescaria em currais na Ilha de Itamaracá, década de 1950. Fonte: Instituto, 1958.

Na década de 1970 ocorreu, sob a coordenação do Governo do Estado de Pernambuco em parceria com a extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), uma articulação no sentido de ordenar a atividade pesqueira estadual. Nessa esteira foram elaborados diversos documentos narrando as situações que precisavam ser classificadas e fiscalizadas pelos órgãos públicos. Os currais na face oceânica da Ilha de Itamaracá caem, então, na atenção do poder público. Nesse período existia um processo contínuo de registro dos envolvidos com a pesca em currais na categoria de ‘Aqüicultores Profissionais’. Percebemos também, pela análise do documento de 1975, que os currais, apesar de estarem situados em águas públicas, possuíam ‘donos’:

CURRAIS DE PESCA - Esta é denominação local - em Itamaracá existem cinco (5) proprietários de “currais” os quais foram, já, registrados na categoria de ‘Aqüicultores Profissionais’, e são, pela ordem, os seguintes: José Lopes de Albuquerque – Reg.97.26,00011 (Curral Barreta); João Antônio da Cunha Amaral - Reg.97.26,00013 (Curral Cantinho); Jair da Câmara Madureira - Reg. 97.26 .00014; (Curral Espada de Ferro); Eulálio Bezerra - Reg.97.26,00015 (Curral Lagoinha) e Gilson Ferreira de Araújo Reg.97.26.00016 (Currais "Canto e Baixinha") - total 6. (Sistema, 1975, p. 192)

Podemos acessar um bom mapeamento destas práticas tradicionais ligadas a pesca na Ilha de Itamaracá através das iconografias históricas. Um mapa holandês datado de 1648 e intitulado ‘Mapa do Parcelamento de Itamaracá’, traduzido pelo professor Bruno Romero Ferreira Miranda, aponta diversos elementos de governança da Ilha de Itamaracá (Figura 8); desde seu sistema defensivo até a organização eclesíastica e demarcação das plantações e engenhos. Foi elaborado para viabilizar o projeto holandês de fortalecimento da agricultura no território insular (Andrade, 1999; Santos, 2021). Em meio a estas informações, apresenta

detalhes sobre as paragens pesqueiras da Ilha de Itamaracá e seus arredores ao apontar currais, viveiros e camboas em determinados pontos.

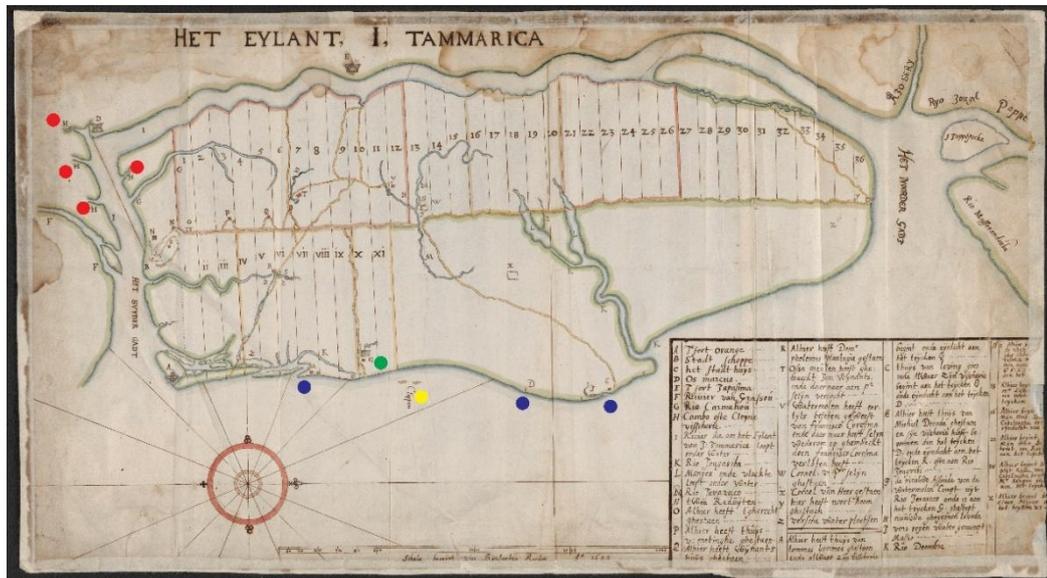


Figura 8. Autor desconhecido. Mapa do parcelamento de Itamaracá em 1648. Vermelho: camboa; azul: viveiros de peixe; verde: forno; amarelo: afloramento rochoso. Fonte: Santos, 2021, p. 189.

Destacamos a referência às camboas, indicadas no documento pela letra ‘H’ com a legenda ‘Camboa ou Pequena Pescaria’, representadas tanto na margem insular quanto na continental do Canal de Santa Cruz. As camboas correspondem a um tipo de pesca praticado nas reentrâncias do Canal, que forma áreas abrigadas no mangue onde, de acordo com a variação da maré, os peixes buscam águas mais amenas. Esta prática ancestral de pesca se refere à construção de armadilhas na entrada desses cursos para inviabilizar o trânsito de peixes que assim podem ser capturados com maior facilidade. A modalidade é praticada nos municípios que compõem a APA de Santa Cruz, principalmente na Catuama e em Goiana (Wiedemann, 2019, p. 133). Na iconografia em análise, destacamos as camboas representadas no contorno da Ilha de Itamaracá com um círculo vermelho.

Na face oceânica da Ilha de Itamaracá, entre o Forte Orange e o Rio Jaguaribe, destaca-se a indicação de pontos onde se construíram casas e estabeleceram-se viveiros de peixes. O desenho aponta nas letras ‘A’, ‘C’, ‘E’ e ‘D’ referências a estas atividades. Em detalhe, temos: A: ‘Aqui está a casa de Tommas Gommès, local onde começou a estabelecer seu viveiro de peixes.’ C: ‘Casa de Leving Goes e local onde começou a estabelecer seu viveiro de peixes.’ E: ‘Aqui está a casa de Michel Dorade e local onde começou a estabelecer seu viveiro de peixes, no desenho D, e finalmente no desenho K, o Rio Jaguaribe’. Estes elementos se articularam a outros processos que deram origem a bairros como Pilar, Ambar e Jaguaribe. As letras ‘A’, ‘D’ e ‘E’ foram apontadas por nós com a cor azul, enquanto a letra ‘C’ destacamos em verde devido a uma particularidade.

O item indicado pelo autor do desenho com a letra ‘C’, na orla marítima da Ilha, está onde atualmente se situa a Praia do Forno de Cal, a toponímia faz referência à antiga produção de cal expressiva na Ilha de Itamaracá. Próximo ao local também é representado um afloramento rochoso no mar (círculo amarelo), os estudos de geomorfologia costeira indicam que este trecho é onde se concentram as maiores jazidas expostas na orla (Silva, 2008; Lira, 2010). O elemento gráfico utilizado para representar a construção associada ao item ‘C’ remete ao formato de um forno, inclusive com fumaça sendo expelida. Existem, como abordaremos a

seguir, as estruturas de alguns fornos de cal distribuídos na Ilha de Itamaracá, sendo que o produto é relatado desde o século XVII na região.

Outras atividades ligadas à história das comunidades fluviomarítimas na Ilha de Itamaracá também se relacionam com este embasamento arenítico que forma os recifes locais. Os afloramentos na orla foram utilizados para extração de blocos com fim de atender a demanda da construção civil do período colonial. No bairro de Jaguaribe, por exemplo, em um local conhecido como Pontal na foz do Rio Jaguaribe, a base rochosa apresenta marcas de retirada (Santos, 2021) e o local é acessado por diversas pessoas para a prática da pesca. Para Cristiane Amarante (2019), em perspectiva histórica, as atividades de mineração e pesca artesanal estão intimamente relacionadas no processo de ocupação do litoral brasileiro. Pensando em relação à Ilha de Itamaracá, o embasamento que paralela a orla influenciou significativamente as escolhas urbanísticas, a dinâmica de navegação e os territórios da pesca no local.

Estas pedras também eram calcinadas em fornos de cal dispersos na Ilha, sempre diretamente ligados aos cursos d'água ou à maré. Neste processo se utilizavam conchas e corais marinhos. Existem hoje cerca de 14 fornos de cal identificados no território insular, majoritariamente localizados na Barra Sul, em contexto estuarino (Governo, 2010; Agência, 2010; Oliveira, 2014, 2021; Santos, 2021). Os registros históricos indicam que pelo menos desde o início do século XVII a Ilha de Itamaracá era referência na exportação de cal para alimentar a demanda da construção civil imposta pelo fortalecimento das engrenagens coloniais. Estes fornos, por sua vez, se relacionam com as salinas, também abundantes na Ilha de Itamaracá (Figura 9).



Figura 9. Expressões da maritimidade. A: Pescaria por camboas no Canal de Santa Cruz. B: O território das salinas, entre o Pilar e Jaguaribe; C: Forno de cal na Barra sul. Acervo do autor.

O sal também é referenciado, na documentação consultada, como um importante elemento processado em Itamaracá pelo menos desde o século XVII. As Salinas correspondem a um importante marco na paisagem

fluviomarítima da Ilha de Itamaracá, pois estão relacionadas a um processo histórico de ocupação dos espaços em função de demandas ambientais: boas condições para processamento de sal a partir da água do mar e afloramentos de rochas nos arredores. Genericamente, as salinas correspondem a modificações antrópicas na margem de rios onde a maré penetra com intensidade para criar tanques em que o fluxo de água possa ser controlado e a incidência do sol realize o processo de cristalização para obtenção do sal.

O missionário Daniel Kidder também informou sobre as salinas na Ilha de Itamaracá. Ao visitar as comunidades do Pilar e Jaguaribe o viajante percorreu a produção de sal na década de 1840. O relato indica a recorrência da atividade econômica em volta do sal no local, que poderia tanto ser armazenado *in situ* como seguir direto para destinos fora da Ilha. As salinas estabelecem a ligação entre o uso econômico do mar, a utilização de vias fluviomarítimas para transporte e escoamento, e reforçam a maritimidade como elo social. Para Daniel Kidder:

Estas salinas só são exploradas durante o verão, devido as chuvas dominantes no resto do ano. Os únicos edifícios no lugar eram os armazéns de guardar o sal. O processo para a evaporação era muito simples, consistindo em nada mais do que escavações de certa profundidade, de modo a formarem tanques rasos dalgumas varas em quadro, nos quais a água do mar penetra por ocasião das marés cheias, e dos quais é posteriormente excluída até se ultimar a evaporação por influência dos raios solares. Depois de cristalizado, o sal é raspado e transportado para os armazéns ou as canoas, a fim de ser exportado. (Kidder, 1909, p. 114)

Até a década de 1970 ainda existia produção de sal nas salinas da Ilha de Itamaracá. Hoje, os grandes tanques são utilizados como viveiros por pescadores das proximidades ou pessoas com maior poder aquisitivo para implementar a piscicultura. O itamaracaense José Lopes escreveu, em 1975, que apenas cinco ou seis tanques estariam em funcionamento à época, credita o desuso ao baixo preço do sal fomentado, segundo o autor, pela dificuldade de se encontrar mão de obra para manter ativo o funcionamento das salinas.

Por serem as nossas salinas rudimentares, apresentam ao visitante a curiosidade de observar uma das primeiras indústrias exploradas no Brasil e que naturalmente, ainda estão e continuam do mesmo modo sem nenhuma modificação. Das 84 salinas aqui existentes apenas 5 ou 6 estão em funcionamento, pois a sua pequena produção e o preço do sal atualmente, acrescido da mão de obra, não compensa o trabalho da fabricação do sal. Se não, vejamos. As salinas são compostas de um açude onde se deposita a água do mar para que aí se processe o cozimento, ou seja, a evaporação pelos raios solares, aliás o depósito de água serve também para a criação de peixes. Esta água, por gravidade, é passada para outro recipiente denominado 'caldeirão' (menos água), onde a evaporação se faz com mais presteza. Daí, também por gravidade, a água é encaminhada para as 'marinhas' (cristalizadores), quadras de 3x3 metros com profundidade de 10 centímetros, onde a evaporação é mais acentuada. Depois de oito dias está pronto o sal, que é arrastado por um rodo, colocado em balaies de cipó e transportado para o armazém. Todas as divisões duma salina são feitas de barro. (Lopes, 1975, p. 29-30)

PESCA E CULTURAS MARÍTIMAS

A articulação dos pescadores da Ilha de Itamaracá em torno da Colônia de Pesca se deu na metade do século XX. Este movimento fez parte da organização coletiva da classe de pescadores artesanais de Pernambuco no sentido de potencializar seu campo de atuação e reivindicar direitos sociais e políticos (Agência, 2010; Silva, 2011, p. 115; Herszenhut & Wiedemann, 2017). As colônias do litoral pernambucano estão inseridas dentro de um sistema de acompanhamento e assessoramento do Governo do Estado de Pernambuco, a luta por melhorias nas condições gerais se mantém ainda hoje necessária. Em Itamaracá a Colônia Z-11 (Figura 10) foi

construída no bairro do Pilar em 1950 em atendimento, pela Prefeitura Municipal, da reivindicação dos pescadores locais (Herszenhut & Wiedemann, 2017). A frente da Colônia Z-11 funciona com a fachada voltada para o centro comercial, na orla, embora a construção histórica que abrigou o coletivo de pescadores da Ilha de Itamaracá por décadas ainda esteja de pé com a fachada voltada o mar.



Figura 10. Colônia de pescadores Z-11, no bairro do Pilar em Itamaracá. Acervo do autor.

Accessando a documentação da antiga Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) da década de 1970 podemos perceber diversas informações sobre a estrutura da Colônia Z-11 à época. No Acervo, disponível no Banco Digital do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, constam documentos sobre a fiscalização, em parceria com a Marinha do Brasil, da pesca predatória de lagosta em Itamaracá e Goiana, sobre a organização dos cadastros previdenciários e profissionais dos pescadores da Ilha e relatórios com dados das embarcações e áreas de atuação. Um tema constantemente mencionado é a necessidade de aquisição de móveis e equipamentos de escritório para viabilizar o seu funcionamento adequado:

Colônia Z-11 - Itamaracá-Município de Itamaracá
Está inclusa no projeto para coibir a pesca predatória, todavia se faz necessários:
01 (um) Bureau
01 (um) Arquivo de aço
01 (uma) Balança capacidade para 200 kgs
01 (uma) Máquina de escrever
12 (doze) Cadeiras. (Sistema, 1975, p. 227)

Existe um marco na paisagem marítima do Pilar que representa um lugar significativo para a comunidade de pescadores da Ilha. Dentro d'água, a cerca de 150 metros da praia, está fixado um imponente cruzeiro que corresponde a um importante elemento da religiosidade local, no mesmo alinhamento da igreja matriz do Pilar, a cerca de 350 metros dela. Em conversas com moradores locais, foi possível estabelecer que o monumento pode estar dentro d'água desde a primeira metade do século XX. Também é uma história recorrente entre os

moradores mais antigos da Ilha de Itamaracá que até a década de 1980 ocorriam casamentos e batizados aos pés do cruzeiro, com padre, noivos, crianças e convidados alocados em embarcações ao redor do marco.

O cruzeiro se relaciona com a procissão marítima de Itamaracá, conhecida como ‘Buscada de Nossa Senhora do Pilar’. A celebração religiosa, como também a festa popular, são uma tradição antiga na Ilha e pode remontar ao século XIX (Amaral, 1998; Agência, 2010, p. 270); corresponde a uma das mais importantes datas do calendário festivo, turístico e religioso local. O caráter simbólico do Patrimônio Cultural Marítimo agrega ao seu conceito o entendimento das manifestações tradicionais como um importante elo identitário (Duncan, 2006; Novaes, 2017; Ribaric, 2020). Neste sentido, as celebrações religiosas que se articulam com a maritimidade em áreas costeiras se integram ao conceito como Patrimônio Imaterial (Freire, 2014, p. 153; Barbosa, *et al.*, 2022). A imagem de Nossa Senhora do Pilar percorre a praia do Forte Orange até o bairro do Pilar em uma embarcação que é acompanhada por diversas outras de pescadores, devotos e turistas em cortejo marítimo. Ao desembarcar, a escultura da santa segue por terra até a Igreja, onde se dão prosseguimento às celebrações (Figura 11). A festividade acontece no mês de janeiro.



Figura 11. Patrimônio Cultural Costeiro da Ilha de Itamaracá. A: Cruzeiro no mar; B: Casamento de Gilberto Lopes de Albuquerque e Maria Cristina Melo no mar de Itamaracá em 1976; C: Igreja de Nossa Senhora do Pilar; D: Buscada de Nossa Senhora do Pilar. Acervo do autor.

As embarcações que acompanham a procissão geralmente continuam o trajeto pela orla, com o objetivo de circundar a Ilha pelo Canal de Santa Cruz; o percurso é acompanhado por músicas, caracterizando a festa popular que se estende por vários dias nas praças locais. A Marinha do Brasil participa da organização e ordenamento do evento. Na década de 1970, o memorialista José Lopes dá detalhes sobre a Buscada, que movimenta, até hoje, a quase totalidade da comunidade de pescadores da Ilha de Itamaracá. O autor discorre sobre os tipos de música e as manifestações culturais que ocorriam no entorno da festa, além de relacionar a Buscada com o Cruzeiro:

BUSCADA

É uma tradicional procissão marítima, com acompanhamento de jangadas, barcos motorizados, barcaças, botes, lanchas, canoas, enfim, todo tipo de embarcação existente na Ilha.

Alguns dias antes da data da tradicional festa da Padroeira da Ilha, Nossa Senhora do Pilar, sempre no primeiro domingo de fevereiro, a imagem é levada para outra praia, e na véspera da festa, todos os barcos, engalanados com bandeiras, flores e animados por ‘cirandas’ e ‘coco’ ao som do zabumba, todos superlotados de fiéis e turistas, partem para buscar ‘buscada’, a imagem que, ao chegar, é depositada em um cruzeiro existente em frente à Igreja Matriz, em pleno oceano, onde celebram-se casamentos, batizados e a Santa Missa. Encerradas essas solenidades, a imagem é reconduzida a Igreja, também em procissão, quando depois tem início as festividades profanas, constantes de pastoril, ciranda, bumba meu boi, retretas, barracas de prendas e serviços de bar. (Lopes, 1975, p. 31-32)

Sebastião Costa, em 1978, indica que a parada do cortejo marítimo para a celebração religiosas no Cruzeiro representa a expressão de uma antiga fé católica de buscar a ‘bênção das águas’ e por isso se tinha a tradição de que os casamentos e batizados realizados neste local poderiam trazer bons ares ao futuro dos envolvidos. Segundo o autor “É crença popular, que casamentos realizados no Cruzeiro de Itamaracá serão perenes e felizes, é grande o número de casais que procuram garantir antecipadamente a realização de seu enlace durante os atos litúrgicos da festa, no local considerado sagrado.” (Costa, 1978, p. 47). Em 1985, Alves da Mota retrata a buscada em seu auge, quando marcava o calendário festivo pernambucano, contrastando com suas memórias dos tempos em que a procissão marítima tinha pouca expressividade no estado:

Sabe-se que a tradicional festa da “Buscada” – que noutros tempos era acontecimento restrito da própria Ilha, festinha organizada por alguns poucos católicos do Pilar e de Jaguaribe e apreciada pelas famílias locais; é, hoje, festa de grande repercussão estadual, realizada sob patrocínio da EMPETUR, com a belíssima procissão marítima, de cerca de uma centena de embarcações a motor e a vela. (Mota, 1985, p. 79)

Podemos dizer que Lia de Itamaracá corresponde a maior referência cultural da Ilha de Itamaracá hoje. Seu destacado reconhecimento, que extrapola os limites nacionais, vem da sua importância sendo representante da Ciranda como manifestação cultural brasileira. Lia sempre viveu em Jaguaribe e a vivência na praia, cantando com pescadores, influenciou significativamente a arte produzida por ela (Andrade, 2019). A ciranda de Lia tradicionalmente ocorre na beira do mar, as letras das músicas cantadas também refletem as relações sociais marítimas. A Embaixada da Ciranda, espaço mantido por Lia na praia de Jaguaribe, materializa o trabalho da artista. A ideia de maritimidade completa um sentido mais amplo se pensarmos nos usos sociais destes corpos aquáticos e o seu reflexo nos modos de viver e nas expressões culturais (Westerdahl, 1992; Diegues, 1998; Rambelli, 2002; Duncan, 2006; Ribaric, 2020; Santos, 2021). Lia também é registrada como Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco pela FUNDARPE. Para ilustrar a relação de Lia de Itamaracá com a pesca e com o mar, citamos a música ‘Chamego de Lia’, de autoria da cirandeira e que compõe o disco ‘Eu sou Lia’, lançado no ano 2000:

O mar tem um verde louco
 E eu acho pouco dizer que é beleza
 Na praia tem tanto coco
 Que eu fico rouca de gritar riqueza
 És pescador, és de água fria
 És moreno cirandeiro
 És o chamego de Lia. (Chamego, 2000)

Entendemos que as questões sociais hoje estão intimamente ligadas aos aspectos naturais e territoriais na medida em que as ocupações históricas se relacionam com a paisagem, dando-lhe um sentido cultural. O equilíbrio dessa relação se expressa em um meio ambiente ecologicamente equilibrado e uma sociedade sadia. A prática da pesca artesanal na Ilha de Itamaracá e em seus arredores corresponde ao elo essencial entre a comunidade local e a natureza ao seu redor. A condição de Área de Proteção Ambiental requer desenvolvimento econômico sustentável justamente para garantir que os hábitos tradicionais praticados na APA não sejam impactados. Além disso, consideramos a participação coletiva e irrestrita destas pessoas nos processos de classificação e registro da APA de Santa Cruz (Patrimônio Cultural e Ambiental) como condição essencial a qualquer iniciativa deste tipo. Buscamos evidenciar a historicidade da pesca artesanal e de outras atividades relacionadas ao ambiente fluviomarítimo na Ilha de Itamaracá para reforçar os usos ancestrais do local e seus arredores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 1976 o pescador Severino Ramos de Albuquerque, Interventor na Colônia Z-2 em Paulista, no litoral norte de Pernambuco a meio caminho entre Recife e Itamaracá, escreve um enfático relatório abordando os problemas enfrentados pela classe de pescadores artesanais do estado, especialmente na costa norte (Arquivo, 1976, p.03). O documento, que tem tom de apelo, trata a ancestralidade da pesca artesanal no litoral como uma herança indígena e africana e é direcionado às autoridades estaduais e nacionais no sentido de estabelecimento de políticas públicas que visem o bem-estar social da categoria. Logo nas primeiras linhas, o texto destaca: ‘Faço um apelo às autoridades competentes para não deixar o pescador morrer de fome’.

Severino Albuquerque reforça que boa parte dos bairros litorâneos do Estado era ocupado por pescadores antes mesmo da chegada do colonizador europeu e destaca como os conhecimentos desse grupo sobre o litoral sempre estão à disposição das autoridades militares. A despeito disso, inúmeros são os problemas enfrentados pela categoria que, segundo ele, não merecia a situação que padecia: dificuldade na regulamentação estatutária das Colônias e omissão da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE); reclama do cercamento nas praias no litoral norte onde os loteamentos invadem territórios de pesca ancestrais destruindo as comunidades caiçaras; denuncia que os prédios estão cada vez mais perto das praias, fazendo com que os pescadores sejam afastados do litoral e, conseqüentemente, dos espaços da pesca; reclama da falta de organização dos trechos no mar e na praia destinados a aportamento de jangadas e guarda de outros equipamentos como linhas, covos, velas; sugere a criação de ‘áreas de porto’ para ordenar a atividade náutica envolvendo a pesca artesanal. Finaliza pedindo organização dos representantes de Colônias de pesca com fim de pressionar o poder público e reforça: ‘Da maneira que a coisa está indo sem controle, não podemos acreditar no mar por muito tempo’ (Arquivo, 1976, p.03).

Em 2015 o Governo do Estado de Pernambuco anunciou o relatório ‘A pesca artesanal em Pernambuco’. O documento se caracteriza em um manual de extroversão referente aos dados coletados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade no quesito ‘Pesca artesanal’. A iniciativa partiu da forte pressão exercida pelos pescadores e pescadoras do estado organizados em caminhadas, passeatas, ocupações e outras mobilizações realizadas entre os anos de 2010 e 2013 pela reivindicação de direitos e preservação dos territórios da pesca artesanal (Governo, 2015, p. 9). Em nível nacional, no ano de 2023 a recriação do Ministério da Pesca

e Aquicultura tem gerado boas expectativas. A realidade, porém, é que a luta social dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil por melhores condições na manutenção de suas práticas e espaços ainda está longe do seu fim, principalmente pela pressão dos interesses econômicos que especulam sobre a borda do mar, rios, lagos e lagoas.

Adrian Ribaric defende que para se entender o Mar como patrimônio é preciso passar pelo processo de reconhecer os seus usos sociais tradicionais e, principalmente, abordar a concepção de Unidades de Conservação, tendo em vista o fato de que estes grupos estão amparados legalmente no sentido de continuar exercendo suas práticas (Ribaric, 2020, p. 42). Mais ainda, só faz sentido conceber uma Área de Proteção Ambiental levando-se em conta a historicidade de sua ocupação para garantir o seu manejo sustentável. A pesquisadora Márcia Bezerra, ao estudar a secular Vila de Joanes, na Ilha de Marajó (PA), abordou a relação entre a comunidade local, majoritariamente formada por pescadores, e o patrimônio cultural que os rodeia; que extrapola os limites estabelecidos institucionalmente. Em seu entendimento, do qual corroboramos, “O discurso do patrimônio essencializa a sacralização do passado e seus testemunhos materiais; os moradores, por sua vez, sacralizam o passado ao ressignificar ‘lugares e coisas’ em suas vidas cotidianas.” (Bezerra, 2011, p. 68). Esperamos, com nosso texto, reforçar ainda mais a percepção das comunidades de pescadores fluviomarítimos da APA de Santa Cruz como seus habitantes tradicionais e maiores agentes sociais de sua preservação e interação com o Patrimônio Cultural local.

REFERÊNCIAS

- Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco – CPRH. (2010). *Diagnóstico socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz*. Recife: FADURPE.
- Albuquerque, M. (1993). O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 7 (1), 99-123.
- Almeida, T. L. (2018). *Caracterização da dinâmica costeira de Itamaracá-PE: aplicação do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Geociências, Recife.
- Amaral, R. (1998). *Festa à brasileira: significados do festejar no país que “não é sério”*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, São Paulo.
- Amarante, C. E. (2019). *Arqueologia Marítima na praia do Francês – AL*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Arqueologia, Sergipe.
- Andrade, M. C. (1999). *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Recife: CEHM.
- Andrade, M. (2019). *Lia de Itamaracá*. Recife: Provisual.
- Barbosa, J., Santos, M., Araújo, P., & Lino, J. (2022). O Patrimônio Cultural Marítimo e portuário de Paranaíba (Paraná, Brasil): A Festa de Nossa Senhora do Rocio. *Revista de Arqueologia Pública*, 17(1), 1-19.
- Bezerra, M. (2011). “As moedas do índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 6(1), 57-70.
- Calippo, F. R. (2010). *Sociedade Sambaqueira, Comunidades Marítimas*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo.
- Chamego de Lia (2000). *Música do disco Eu Sou Lia (Lia de Itamaracá)*. Pernambuco: Ciranda Records.
- Ciacchi, A. (2007). Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. *Revista de Antropologia*, 50(1), 181-223.

- Coe, C. (2016). *Avaliação da atividade pesqueira na comunidade de pescadores artesanais de Bitupipa, município de Barroquinha, Ceará*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Engenharia de Pesca, Fortaleza.
- Costa, S. (1978). *Ilha de Itamaracá*. Itamaracá: PMIT.
- Coutinho, S., Sulaiman, S., & Carbone, A. (2018). *Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Cruz: (re)conhecendo o valor ecológico, histórico-cultural e econômico*. Recife: CPRH.
- Diegues, A. C. (1983). *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática.
- Diegues, A. C. (1998). *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: HUCITEC.
- Diegues, A. C. (2004). *A Pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAB.
- Duncan, B. (2006). *The maritime archaeology and Maritime cultural landscapes of Quenscliffe: A Nineteenth century Australian coastal community*. Tese (Doutorado). James Cook University, Townsville.
- Duran, L. D. (2008). *Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e etnologia, São Paulo.
- Figuti, L. (1998). Estórias de arqueo-pescador: considerações sobre a pesca nos sítios de grupos pescadores-coletores do litoral. *Revista de Arqueologia da SAB*, 11(1), 57-70.
- Freire, J. (2014). Maritime cultural landscape: a new approach to the Cascais coastline. *Journal of Maritime Archaeology*, 9(1), 1-35.
- Furtado, L. (1980). *Curralistas e redeiros de Marudá; Pescadores do litoral do Pará*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gandavo, P. M. (2008). *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal.
- Governo do Estado de Pernambuco (2010). *Plano de preservação de Vila Velha*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.
- Governo do Estado de Pernambuco (2015). *A pesca artesanal em Pernambuco. Ações do Governo do Estado para o desenvolvimento sustentável da Pesca artesanal*. Recife: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco.
- Guimarães, M. (2022). *Dos escravos que vão por mar e terra: o comércio atlântico de escravos para as Capitânicas do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História, Recife.
- Herszenhut, D., & Wiedemann, M. (2017). *Currais da Ilha: um dossiê participativo sobre a pesca tradicional em Itamaracá*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.
- Herszenhut, D., & Wiedemann, M. (2018). *Camboas Tupi: um dossiê participativo sobre pesca tradicional em Goiana*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.
- Herszenhut, D., & Wiedemann, M. (2022). *História de Pescador: pequeno guia de educação patrimonial*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.
- Instituto Moreira Salles (1958). *Coleção fotográfico de Marcel Gautherot sobre a pesca em currais na Ilha de Itamaracá*. Acervo digital. Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/27614>>. [cons. 15 jan. 2023]
- Kidder, D. (1909). Impressões dum missionário methodista em Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 14(75), 1-70.
- Klokler, D. (2008). *Food for body and soul: mortuary ritual in shell mounds (Laguna - Brazil)*. Tese (Doutorado). University of Arizona, Departamento de Antropologia, Tucson.

- Koster, H. (1942). *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Lira, J. (2010). *Estudo sedimentológico e evolutivo da Coroa do Avião, Itamaracá – PE*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Geociências, Recife.
- Lopes, J. (1975). *História e segredos de uma Ilha*. Itamaracá: Prefeitura Municipal.
- Lucena, J., & Medeiros, R. (2020). Pescadores e Pescadoras em Itapissuma – PE: Cultura da pesca, memórias e luta. *Humanas Res*, 1(3), 45-62.
- Maldonado, S. C. (1994). *Mestres e mares, espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume.
- Maneschky, M. C. (1993). Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. *Revista da SBHC*, 10, 53-74.
- Medeiros, G. (2001). *Arte da Navegação e Conquista Europeia do Nordeste do Brasil (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História, Recife.
- Mota, A. (1985). *Itamaracá (o antigo e o moderno)*. Itamaracá: PMIT.
- Mourão, F. A. A. (1971). *Os pescadores do litoral sul do estado de São Paulo – Anexo 1, descrições complementares*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Mussolini, G. (1980). *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nascimento, G. (2014). *Pesca Artesanal em ‘Currais’: um enfoque etnoecológico*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Prodepa, João Pessoa.
- Novaes, L. C. N. (2017). *A borda do mar como lugar cultural: arqueologia de praia e a dialética étnico-marítima do patrimônio imaterial do Sítio da Preguiça, Salvador/Bahia*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Arqueologia, Sergipe.
- Oliveira, R. I. (2014). *Debaixo de Pedra e Cal: As relações socioeconômicas da Capitania de Itamaracá 1654 – 1763*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Olinda.
- Oliveira, R. I. (2021). A História Ambiental e as condições para a produção da cal na Ilha de Itamaracá nos setecentos. In Oliveira, A. (Org.) *Entre “bricolagens” e narrativas: possibilidades para um “fazer” historiográfico* (pp. 295-305). Porto Alegre: Editora Fi.
- Peretti, W. G. (2022). Monumentalidade e marcação: conceitos para a compreensão da pesca nas sociedades sambaquieiras. *Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 17(1), 1-10.
- Peretti, G. W., & Silva, L. A. (2021). “Outros pesqueiros”: Apontamentos sobre a pesca, os pescadores e os ambientes do Sul do Brasil. *Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 16(1), 1-10.
- Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá. (2012). *ZATAN: Zoneamento ambiental e territorial das atividades náuticas da Ilha de Itamaracá*. Ilha de Itamaracá.
- Quinamo, T. (2006). *Pesca artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá. Pernambuco: o caso de Itapissuma*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Prodepa, Recife.
- Quinamo, T. (2007). Ambiente e pesca tradicional: foco em Itapissuma, no Canal de Santa Cruz, Pernambuco. *Cadernos de Estudos Sociais*, 23(1-2), 1-25.
- Rambelli, G. (2002). *Arqueologia até debaixo d’água*. São Paulo: Maranata.
- Reis Filho, N. G. (2002). *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial. CD-ROM.
- Ribaric, A. (2020). Maritimidade: Patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. *Emblemas*, 17(2), 39-53.

- Salvador, F. V. (2010). *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal.
- Santos, J. (2012) *O impacto das políticas públicas sobre as práticas tradicionais dos pescadores da Ilha de Itamaracá – PE: o caso do Bolsa Família nas comunidades Jaguaribe e Pilar*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Administração, Olinda.
- Santos, J. L. (2021) *Arqueologia de uma Paisagem Cultural Marítima: rupturas e permanências da maritimidade na Ilha de Itamaracá (PE)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Arqueologia, Sergipe.
- Santos, J. L. (2021a). O porto de Itamaracá: *waterfront*. In Micheli, M., & Dias, T. (Org.) *Portos Coloniais: estudos de História Portuária, Comunidades Marítimas e Praças Mercantis, Séculos XVI-XIX* (pp. 295-336). São Paulo: Alameda.
- Silva, L. G. (2001). *A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs XVII ao XIX)*. Campinas: Papyrus.
- Silva, L. (2008). *Estudo sedimentológico, morfológico e hidrodinâmico do Canal de Santa Cruz – PE*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Geociências, Recife.
- Silva, L. A. (2011). Etnoarqueologia da pesca: um estudo sobre as áreas de atividade de pesca dos pescadores da Barra de São João Pedro, RS. *Cadernos de Estudos do LEPAARQ*, 8(15/16), 113-127.
- Silva, N. E. (2014). *Nos fragmentados degraus do tempo: por uma história e memória do patrimônio de Vila Velha de Itamaracá*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Olinda.
- Silva, N. E. (2021). Os tempos da memória e a história da Vila Velha de Itamaracá. In Nascimento, A. (Org.) *Entre “bricolagens” e narrativas: possibilidades para um “fazer” historiográfico* (pp. 180-190). Porto Alegre: Editora Fi.
- Silva, L. A., & Gaspar, M. (2019). Anzóis, redes e pescadores. Reflexões sobre a Arqueologia da Pesca. *Revista de Arqueologia da SAB*, 32(2), 3-14.
- Sistema de Informação do Arquivo Nacional (1975). Relatórios da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zp/inf/eni/cps/0160/br_dfanbsb_zp_inf_eni_cps_0160_d0001_de_0001.pdf>. [cons. 15 jan. 2023]
- Staden, H. (2014). *Viagem ao Brasil*. Brasília: Editora da Unb.
- Westerdahl, C. (1992). The maritime cultural landscape. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 21(1), 5-14.
- Wiedemann, M. (2019). *Camboas e currais do Nordeste: a pesca artesanal em contexto étnico arqueológicoetnoarqueológico*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arqueologia, Recife.